


Ministério de Minas e Energia
Destaque do Governo
Site





A Empresa

Imprensa

Publicações

Compras e Licitações

Negócios

Universidade Corporativa

Links

Ouvitoria

Empregados

Solução para dívida da Eletrobrás está com Mantega e Lobão

30 de Maio de 2008; Valor Econômico (SP)

Está nas mãos dos ministros Guido Mantega, da Fazenda, e Edison Lobão, de Minas e Energia, a decisão sobre uma dívida de R\$ 8,5 bilhões da Eletrobrás em dividendos não pagos aos acionistas desde a década de 80. Nas discussões técnicas entre os dois ministérios, não houve consenso. A dívida, corrigida pela taxa Selic, é reconhecida pela Eletrobrás em seu balanço.

Em linhas gerais, a Eletrobrás se propõe a pagar os atrasados, mas deve fazer em seguida um aumento de capital, de modo a diminuir o impacto do desembolso em seu caixa. "Dentro de dez dias teremos uma solução final", disse o ministro Edison Lobão, que acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem à América Central. Apesar da falta de consenso, o ministro negou qualquer conflito entre os dois ministérios. O objetivo do governo é começar a pagar os dividendos ainda em 2008.

Pelo acordo apresentado à Fazenda, já está praticamente certo que a parte dos minoritários será paga integralmente em dinheiro, mas parcelada em até dez anos. Os minoritários têm R\$ 1,8 bilhão a receber da Eletrobrás e a estatal avalia que "não tem conversa" para essa fatia da dívida, segundo uma fonte do governo que acompanha de perto as negociações. Alguns desses minoritários já levaram o caso à Justiça, como a administradora americana de recursos Brandes Investment Partners, que tem 8,23% do capital votante e mais de R\$ 500 milhões para receber.

Na avaliação de integrantes do governo, prolongar uma solução impõe dificuldades à companhia brasileira junto à Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM americana) porque o tratamento contábil nos Estados Unidos é diferente do adotado no Brasil. Por isso, a liquidação da dívida com os minoritários deve ser feita "em dinheiro e o quanto antes", embora haja a expectativa de que os recursos voltem - pelo menos parcialmente - com a subscrição das novas ações que serão emitidas com um aumento de capital.

Outro acionista importante é o BNDES, que tem a receber R\$ 1,6 bilhão em dividendos retidos. Essa parcela, segundo o acordo em discussão, deverá ser convertida em nova participação acionária do banco na estatal. O BNDES já tem quase 20% das ações ordinárias da Eletrobrás e, com isso, aumentaria em cinco a dez pontos percentuais sua fatia na estatal, dependendo do arranjo a ser fechado. Nessa frente de discussões, a tendência é de um acordo que envolva pouco ou mesmo nenhum dinheiro novo.

A frente mais complicada está nas conversas entre a Eletrobrás e o Tesouro, que detém 54% das ações com direito a voto e R\$ 5,1 bilhões a receber em dividendos atrasados. De um lado, a diretoria da Eletrobrás insiste em abater o máximo possível do débito com a subscrição de ações pelo próprio Tesouro. Ou seja, a estatal paga os dividendos, mas o dinheiro volta ao mesmo caixa por meio do aumento de capital. O Tesouro receberia os recursos com uma mão e, com a outra, colocaria esse dinheiro de volta na Eletrobrás.

A proposta esbarra na resistência do secretário do Tesouro, Arno Augustin, que alega a necessidade de usar o pagamento em dinheiro para ajudar a recompor parte da perda de arrecadação com o fim da CPMF. Augustin exige, segundo fontes, que pelo menos 20% dos dividendos - algo próximo de R\$ 1 bilhão - sejam efetivamente pagos em dinheiro pela estatal. Mas esse é apenas o piso nas conversas e o Tesouro prefere diminuir ao mínimo a troca do crédito por maior participação acionária na empresa.

Já o interesse da Eletrobrás é maximizar a troca da dívida por ações, a fim de não comprometer sua capacidade de investimento. Em março, a companhia de energia ganhou status de "superestatal", com a aprovação de uma medida provisória que autoriza sua participação em empreendimentos no exterior e permite que ela atue como majoritária em consórcios com empresas privadas para a disputa de novas usinas. Esse novo status já levou a Eletrobrás a assinar acordo para a construção de uma hidrelétrica no Peru e a estudar projetos de geração em países como Argentina e Bolívia. A estatal precisa de dinheiro para tocar tudo isso.

Outra prioridade da Eletrobrás - e uma das prioridades de Lobão à frente do Ministério de Minas e Energia - é recuperar as sete distribuidoras de energia federalizadas. A diretoria da estatal argumenta que resolver a pendência dos dividendos atrasados com a maior parte do pagamento em dinheiro pode comprometer esses esforços, bem como os investimentos necessários para expandir a geração de energia, mesmo com as emissões previstas para os próximos meses. O pagamento dos dividendos melhora a situação de captação de recursos da Eletrobrás nos mercados interno e externo, mas a emissão de dívida não será suficiente para fazer frente aos novos planos de Lobão - sob a orientação do presidente Lula - para a estatal.

A Eletrobrás usa até um argumento fiscal no esforço de convencer o Tesouro. No ano passado, a empresa - sem as federalizadas, que dão prejuízo - contribuiu com R\$ 2,5 bilhões para o superávit primário, acima da meta imposta. Em 2008, a meta é alcançar R\$ 2,1 bilhões e as primeiras estimativas indicam que esse valor será novamente superado.

O acerto de contas com os minoritários pode levar a Eletrobrás a pedir ao Tesouro um "waiver" (perdão temporário) para essas obrigações. Mas esse "waiver" será mais pesado e os investimentos ficarão prejudicados, alega a estatal, na medida em que o Tesouro exigirá mais dinheiro e menos ações na

Pesquise na Eletronorte:

busca avançada

PAC PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

LUZ

PROCEL PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Transparência Pública

CANAL DENÚNCIA

solução dos dividendos atrasados.

A Fazenda tende a não abrir mão da arrecadação; o Ministério de Minas e Energia promete recuperar as federalizadas e, embora não goste de falar em aumento do peso da Eletrobrás no setor elétrico, pretende mantê-la como "sócia estratégica" em todos os grandes empreendimentos de geração no Brasil - vide a presença de suas subsidiárias nos consórcios das usinas do rio Madeira - e impulsionar sua presença nos países vizinhos. Esse é o impasse que se colocará, nas próximas semanas, diante dos ministros Lobão e Mantega. Lobão diz que a questão não é só a do aporte do Tesouro, mas também dar uma solução adequada para os acionistas minoritários.

Procurado, o Tesouro informou que os dois ministérios estão discutindo uma solução para o tema, as conversas estão avançadas, mas ainda não há uma definição. "O Tesouro nega resistência a algum determinado formato de pagamento desses dividendos", declarou, por meio de nota.

A Eletrobrás deixou de pagar dividendos obrigatórios durante nove anos, sendo o primeiro deles em 1979. Desde 1999, a companhia tem feito os pagamentos normalmente, mas arrasta a dívida dos dividendos atrasados, que é corrigida pela Selic. Só a correção, neste ano, deverá alcançar R\$ 1 bilhão. Desde o ano passado, os minoritários vêm subindo o tom da pressão sobre a estatal. Nas assembleias de acionistas, eles têm apresentado várias sugestões para que a dívida seja paga: de captação externa à venda da carteira de ações (a Eletrobrás tem papéis de várias distribuidoras de energia, como Celpa, Cteep, Cemat e Celesc). Uma reclamação recorrente é a do gasto excessivo de recursos da companhia com as chamadas federalizadas, que são deficitárias e estão sujeitas a indicações políticas. A Eletrobrás é responsável por cinco dessas companhias: Ceal, Cepisa, Ceron, Eletroacre e Ceam.

[mais notícias](#)

© Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte - SCN Quadra 06 Conj. A, Blocos B e C, Entrada Norte 2, Asa Norte - Cep 70.716-901 - Brasília/DF - tel. (61)3429-5151

Copyright© Eletronorte. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução do conteúdo deste site, desde que citada a fonte.